

ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem mais nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital nesta tarde de terça-feira, quero repercutir inicialmente a assembleia geral dos praças, realizada ontem, aqui, na capital, na Associação Catarinense de Medicina, com a presença de mais de 2.000 pessoas, mais de 2.000 praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Na pauta, tivemos o plano de carreira e a questão salarial. Entendemos que as duas questões possam, e talvez devam, ser discutidas conjuntamente, porque a remuneração não está separada da carreira, da graduação e das possibilidades de ascensão na carreira que cada profissional militar estadual possa ter.

Como temos uma carreira travada historicamente, já foi pior, mas ainda está travada, evidentemente que isso afeta o nível salarial dos servidores militares do estado ao longo da sua vida profissional e, inclusive, quando está perto da reserva, ou especialmente na passagem para ela. Uma proposta é uma gratificação de 60% relativa ao valor do soldo, que é o vencimento básico dos militares, a ser paga em três vezes, a primeira em agosto de 2014, daqui a 13 meses, ou seja, daqui a um ano e três meses, e a última parcela em dezembro de 2015. Portanto, um ano para começar a pagar e dois anos e meio para terminar de pagar uma gratificação de 60% relativa ao soldo.

Deixo claro que não são 60% de aumento, porque o governo fala em gratificação de 60%, de forma que, talvez, a população entenda que está oferecendo 60% de reajuste ou de reposição salarial, mas é uma gratificação de 60% do valor do vencimento básico que, evidentemente, não é a remuneração inteira dos militares estaduais.

Então, consideramos essa proposta muito pequena. É muito pouco para muito prazo. Isso aqui está mais elástico do que o "Magazine Luízão", como se referiu o deputado Kennedy Nunes, há alguns anos, aqui, sobre as propostas salariais do então governador Luiz Henrique da Silveira. Realmente, está mais elástico e mais largo do que as propostas do "Magazine Luízão".

A outra proposta é o chamado subsídio, que é a remuneração das carreiras das autoridades do estado pelo Brasil afora. Mas se insiste em Santa Catarina de que os setores de cúpula da Segurança Pública querem também o subsídio, porque se sentem carreira de estado, sentem-se autoridade. E aí passariam isso para todos do segmento da segurança

pública, inclusive para os setores de base, os nossos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

A proposta, mesmo que em algumas situações ou para algumas graduações apresente números atrativos, digamos assim, a essência do subsídio é que não se trata de salário, mas de um subsídio concedido às autoridades, inclusive a deputados. Portanto, não haveria mais nenhuma outra forma de remuneração possível, nem mesmo hora extra. Isso, evidentemente, traz prejuízos para os trabalhadores de base, uma vez que se quebra a jornada de trabalho, porque as autoridades - juiz, promotor, desembargador - não precisam se preocupar com jornada. E nem devemos. Há um subsídio que é para tempo integral, independente se trabalhou 20, 40 ou 80 horas numa semana. Agora, dizer que tem profissional de base com jornada de trabalho definida por lei, aliás, definida pela autoridade que escala, melhor dizendo, é problemático. Porque subsídio é para quem escala, para quem é autoridade e não para quem é comandado.

E aí se perde nessa proposta a jornada de trabalho que foi conquistada para os militares estaduais em 1995, que é um direito considerado muito importante no conjunto da categoria. Outro direito que se perde seria a graduação da promoção imediata, na passagem para a reserva remunerada, além dos triênios da progressão de tempo de serviço etc., pois vai tudo para o espaço.

Então, a categoria diz que não tem preconceito contra nenhuma forma e modalidade de remuneração dos servidores militares, no entanto, não se admite a retirada de nenhum direito e não se admite que haja a discriminação entre os diversos segmentos da Segurança Pública, dentro da mesma instituição, no caso, entre oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e também na relação com outras instituições da Segurança, como a Polícia Civil.

Queremos um tratamento não discriminatório, a relação de um para quatro, a diferença entre o

menor e o maior salário, que é uma baliza histórica da categoria.

Assim, os praças decidiram que as duas propostas colocadas em debate são ruins, portanto, vão continuar mobilizando-se, conscientizando a categoria e debatendo, discutindo com o governo. Mas é preciso que o governo apresente alguma coisa para mais perto e que melhore a proposta até onde seja possível e que, acima de tudo, não aja com discriminação em relação especialmente à maioria. E a maioria são servidores de base, especificamente os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que são os que asseguram a segurança pública na linha de frente. Já os outros setores são mais internos e de comando.

Evidentemente que esse mandato está subordinado às posições dos praças reunidos em assembleia, que foi o que aconteceu ontem. Inclusive, quero parabenizar todos que participaram e dizer que precisamos continuar mobilizados, mobilizando os demais.

Parabenizo também a diretoria da Aprasc, da qual eu não faço mais parte, mas bons companheiros estão por lá tocando o trabalho. E o presidente, soldado Lotin, falou aqui, desta tribuna, na última quinta-feira, conforme foi lido na ata.

O episódio de Santa Maria, onde 242 jovens morreram, perderam a vida, por causa de um incêndio em uma boate, é o que evidentemente traz o calor e empurra para essa discussão. O projeto do Executivo veio para cá neste ano, mas já há 15 anos os bombeiros militares pedem o encaminhamento de um projeto nesse sentido.

No episódio de Santa Maria, repito, onde 242 jovens morreram, foram presos apenas o dono da boate e um integrante da banda sertaneja que tocava na ocasião. É incrível e sintomático, mas nem a prefeitura, nem os bombeiros, nem a Polícia Militar ou a Civil, nem o Ministério Público, nem o Poder Judiciário, ninguém foi condenado. Aí se pega o gaitero de bode expiatório, diante de um estado alheio, pífilo, quando se trata de defender efetivamente a população, um estado com a cabeça monstruosa para outras coisas, um estado imenso

para muitas coisas, para ajudar os poderosos, por exemplo, e absolutamente pífio para defender a população.

Então, esse projeto é importante para o estado. E precisamos refletir sobre ele com seriedade, porque o estado, o poder público, precisa ser responsável e responsabilizável.

O debate vai continuar, não vai ser votado hoje ou amanhã, em virtude de emendas que a meu ver prejudicam o projeto e descaracterizam-no. Mas o debate vai continuar, sobre o projeto, em agosto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria, hoje, de me reportar ao tema saúde.

Estivemos, ontem, na cidade de Joinville, a convite do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Pinho Moreira, juntamente com os deputados Kennedy Nunes, Darci de Matos, Nilson Gonçalves. E é importante relatar a ação da Celesc para os hospitais, em termos de gasto de energia.

Acho importante essa ação, deputado Nilson Gonçalves, uma vez que o governo do estado contemplará 56 hospitais. Mas acho que a Celesc e o governo podem ter uma ação maior para com os hospitais filantrópicos. Por que digo isso? Porque são eles que dão sustentação a mais de 70% do atendimento médico hospitalar do estado de Santa Catarina. E se esses hospitais fazem o referido atendimento, nada mais justo do que a Celesc e o governo do estado fazerem um plano de isenção de energia elétrica para os hospitais filantrópicos.

Temos a certeza de que esse pedido não é apenas do deputado Antônio Aguiar, mas dos 40 deputados desta Casa, para que a isenção da energia elétrica seja feita a todos os hospitais filantrópicos que vivem momentos difíceis no seu trabalho para manter a sua equipe, o seu hospital,

os seus leitos em atividade, para manter o atendimento da saúde à população. Esse, sim, é um pedido feito pelo dr. Tércio Kasten, presidente da Federação dos Hospitais de Santa Catarina.

Também quero dizer a vocês que os hospitais filantrópicos merecem o nosso apoio. E esse é um pedido feito por uma indicação nossa à Celesc e ao governador do estado. Temos a certeza de que Joinville, onde foi feita essa importante reunião, sentir-se-á honrada por ter tomado essa decisão. Assim, os recursos podem vir do nível federal, estadual, enfim, a própria Celesc pode também dar a sua contrapartida.

Quero ainda relatar, na área da saúde, a posse da sra. Tânia, secretária municipal de Saúde de Joinville, que assumiu essa importante pasta num momento de transição, fazendo com que a saúde tenha agora uma enfermeira que já foi vereadora, portanto, com viés político. E temos a certeza de que os investimentos nessa área serão diferentes com a nova secretária nesse cargo.

Igualmente, gostaríamos de agradecer à secretária, por almoçar com a bancada do PMDB, nesta terça-feira, quando foi discutida politicamente a sua ascensão à secretaria da Saúde, parabenizando-a e desejando a ela sucesso e felicidades.

Conversamos com a secretária Tânia sobre a alta complexidade em traumatologia e ortopedia no hospital Santa Cruz, em Canoinhas, no planalto norte, o que significa para o referido hospital ter conseguido por méritos próprios essa condição de ser elevado à alta complexidade em traumatologia e ortopedia.

O Hospital Santa Cruz foi o segundo hospital em Santa Catarina em realizar maior número de cirurgias de média complexidade. O primeiro foi Rio do Sul e o segundo foi Canoinhas, com o Hospital Santa Cruz.

Portanto, temos a certeza de que o secretário-adjunto Casagrande, que nos ouve neste momento, sabe da importância de fazermos com que a alta complexidade seja uma realidade no Hospital Santa Cruz.

Temos também de nos reportar a uma audiência pública, realizada no dia de hoje, visando a um segmento especial da assistência social, onde esteve presente o competente secretário Cândido, para discutirmos o problema da assistência social no estado de Santa Catarina, dos recursos que têm que vir do governo federal e dos recursos que têm que ser investidos do governo estadual, do governo municipal e da sociedade que faz parte deste importante segmento, qual seja, a assistência social. E estava lá a deputada Luciane Carminatti.

Temos que relatar aqui o nosso projeto de lei que faz com que haja a obrigatoriedade do internamento hospitalar daquele paciente drogado, que não tem mais vontade própria, aquele paciente que não tem poder de decisão.

Esse projeto de lei vem ao encontro do que foi debatido na televisão. Quem assistiu hoje de manhã ao programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, sabe perfeitamente ao que estou me referindo, que é a condição do atendimento para o drogado. Esse atendimento para o drogado tem que ser feito em três etapas: na educação, na repressão, pela Polícia, e para o retorno à sociedade, pela saúde.

Esses três segmentos têm que continuar. Mas temos que implantar o internamento obrigatório, porque tem que ter uma equipe multidisciplinar para que a Justiça decida se ele vai ser internado ou não.

Na verdade, nos Estados Unidos é mais direta a pena. Há obrigatoriedade de o drogado escolher: ou vai ser internado ou vai para a prisão. O drogado comete um grande número de delitos na nossa sociedade com roubos e outras delinquências. Isso tem que ser coibido por um programa que a Justiça esteja junto e não esteja sozinha - a saúde também não.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) -  
Com a palavra o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Quero aproveitar a palavra do deputado Antônio Aguiar, que falou sobre a ascensão da assistente social Tânia Eberhardt à posição de secretária de Saúde, com a saída do Dr. Dalmo Claro de Oliveira, que foi um dos piores secretários da Saúde para os hospitais de Joinville.

Quero desejar muita sorte para a Tânia Eberhardt. Já tive o prazer de estar com ela na Câmara de Vereadores de Joinville, porque ela já foi também vereadora. Sei que a sua missão não será nada fácil, principalmente quando se fala em Joinville, porque nos últimos anos a questão saúde de Joinville foi tratada com descaso, infelizmente, por diversas vezes retratado nesta tribuna por este deputado. E é muito mais fácil construir algo novo, deputado Nilson Gonçalves, do que reformar algo que está caindo. Muitas vezes para reformar algo que está caindo se tem muito mais trabalho do que fazer o novo.

Então, quero desejar muita sorte e muita saúde para a Tânia Eberhardt, para que possa realmente fazer aquilo que o secretário Dalmo Claro de Oliveira não conseguiu fazer, infelizmente. E a comunidade de Joinville paga caro por essa posição.

Não é só devido à questão da saúde do governo do estado, que está mal, que Joinville está numa situação crítica já há algum tempo. E não é só neste mandato, no mandato anterior foi pior. Quando o atual senador Luiz Henrique da Silveira era governador do estado, a situação da saúde estava pior ainda.

Agora, estou acreditando no resultado dessa auditoria que o governo do estado está fazendo, deputado Padre Pedro Baldissera, para reformular a parte de gerenciamento da saúde. Inclusive, participei de uma reunião e estou acreditando

nisso para se conseguir ter algum resultado, porque fora isso é muito crítica a situação.

Quero trazer a discussão uma reunião extremamente objetiva que aconteceu, apesar do tempo de quase duas horas, na Presidência desta Casa, hoje, com a liderança política, empresarial, da cidade de Joinville, mais os membros da comissão de Constituição e Justiça, com relação à emenda do deputado Darci de Matos ao projeto de lei que veio do governo do estado e que dá poder de Polícia para o fechamento de estabelecimentos, pelo órgão do estado, quando porventura não obedecem à legislação.

Quero parabenizar o Corpo de Bombeiros Voluntários da cidade de Joinville. Eles estão brigando para que possam ter esse poder de Polícia também. E a emenda do deputado Darci de Matos garante isso.

Com esse projeto aprovado a responsabilidade é do Corpo de Bombeiros Militar e do Corpo de Bombeiro Voluntário. Eles que serão os primeiros responsáveis, se alguma tragédia ou incidente acontecer em uma dessas casas que forem fiscalizadas.

Eu não estou de forma nenhuma defendendo a ilegalidade dessas casas, porque realmente teve que acontecer essa tragédia em Santa Maria para o Brasil acordar com relação à segurança de casas noturnas. Porque não temos isso como cultura preventiva. O brasileiro tem a segurança, a saúde, até a área de Direito ele só tem curativa, porque de prevenção não tem nada. Eu duvido que a maioria dos brasileiros vá fazer, por exemplo, a prevenção antes de assinar um contrato de locação, um contrato de compra, um contrato de financiamento. Eu duvido que se tenha o hábito em consultar um advogado, para ver a se as cláusulas colocadas no contrato são boas ou não.

Perguntamos aonde assinamos e pronto! E esses contratos por adesão vêm com letrinhas pequenas que sequer lemos. E na questão da saúde também é assim.

Temos essa cultura, e por causa da tragédia de Santa Maria o Brasil inteiro se mexeu. Imaginem

que a televisão passou reportagens sobre boates que funcionavam nos fundos de uma borracharia, lá no nordeste, sem nenhum tipo de saída de emergência ou até de ventilação. Infelizmente, somos assim! E por causa da tragédia de Santa Maria todo mundo se mexeu, inclusive nós aqui também. Aí o governo do estado trouxe essa lei para esta Casa.

Volto a parabenizar o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, juntamente com todos os corpos de bombeiros da nossa corporação em Santa Catarina.

No fundo, deputado Padre Pedro Baldissera, é isso que está acontecendo. A vinda do Corpo de Bombeiros Voluntários e das entidades hoje aqui foi para os bombeiros dizerem que também querem ser responsabilizados. A parte jurídica não quer dizer se está cobrando ou não a vistoria, se o militar cobra ou se o voluntário não cobra. A parte jurídica é que vai ter poder de polícia, e todos serão responsabilizados.

Parabéns, volto a dizer, ao Corpo de Bombeiros Voluntários que não está fugindo disso, pois a corporação também quer ser responsabilizada. E temos confiança de que eles têm capacidade para fazer as vistorias, até porque lei é lei. E vale para uma vistoria do bombeiro militar, voluntário ou comunitário, qualquer um. Lei é lei, ela exige extintor, saídas de emergência, placas de sinalização etc.

Quero também dizer que a posição do secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, foi muito madura, de protelarmos a discussão, pois ele disse que protelar essa discussão não é perder tempo, mas garantir uma melhor aplicabilidade ou uma redação melhor na lei para garantir a segurança do cidadão que vai a esses eventos.

O nosso presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, comandou essa reunião e ficou para depois do período de recesso discutirmos e até lá continuarmos discutindo. Pedi para que pudesse ser feita uma agenda, para que esse assunto não ficasse parado durante o recesso parlamentar, mas que pudéssemos continuar discutindo, para

chegarmos a um denominador comum, para não criarmos nenhuma ilegalidade, mas garantirmos também que os Bombeiros Voluntários façam parte desse processo e também das responsabilidades que terão a partir do momento que fizerem a fiscalização.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside neste momento a sessão; srs. deputados que estão presentes no plenário; sra. deputada Ana Paula Lima, nossa líder que está presente neste momento, há poucos dias tivemos mais um fato importante no que diz respeito à terceirização da alimentação escolar em Santa Catarina.

Hoje pela manhã, deputada Ana Paula Lima - e inclusive estávamos acompanhando ontem também na imprensa -, tivemos um fato novo, que foi a entrega, pelo Conselho Estadual de Alimentação Escolar, de um dossiê que traz à tona toda essa situação da alimentação escolar, e que já foi causa de outra ação popular, há dois anos, que já tramitou em nível de estado e em nível federal. E o próprio Supremo Tribunal Federal já determinou o fim da terceirização da alimentação escolar.

Agora, a partir de um conjunto de novas denúncias apresentadas pelo Conselho Estadual de Alimentação Escolar, deputada Luciane Carminatti, o Ministério Público Federal deu 30 dias para o estado tomar providências novamente.

Fizemos várias reuniões e foi criada uma comissão, sendo que eu, o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, e a deputada Luciane Carminatti fizemos parte, para tratar dessa transição para a gestão pública da alimentação escolar.

A Justiça e as regras nacionais são muito claras quando dizem que o dinheiro para a

alimentação é para comprar alimentos e não para investir em outras questões.

A partir desse dossiê apresentado com centenas e centenas de fotos, documentos e depoimentos de pessoas que o Conselho Estadual de Alimentação Escolar levantou pelo estado afora - e foi entregue também para o Ministério Público Federal -, temos essa nova decisão em que o Ministério Público Federal deu um prazo de 30 dias para a secretaria de estado da Educação mudar o serviço da alimentação, no caso da merenda escolar.

Por enquanto ainda é um pedido extraoficial e caso não seja cumprida essa decisão será aberta uma ação cível pública à "desterceirização". O repasse da responsabilidade pelo serviço ao estado no fornecimento está entre as exigências do ofício encaminhado nesta segunda-feira.

Então, é muito importante continuarmos esse debate. Em cada município que chegamos para fazer uma reunião com os agricultores veio esta pergunta: até quando os agricultores familiares podem participar do fornecimento da alimentação escolar no nosso estado?

Infelizmente, a intransigência da secretaria da Educação, a falta de uma posição de fato do governador, que faz dois anos que vem anunciando o fim da terceirização e ainda continuam ações judiciais e as ações do Ministério Público Federal e Estadual no sentido de mexer e de fato fazer com que se cumpra a lei e a determinação da gestão pública da alimentação escolar em Santa Catarina...

O estado perde muito com isso e financeiramente o custo dessa terceirização é muito alto. O estado perde no fortalecimento da sua agricultura familiar e do comércio regional e local, com a venda de produtos.

Venho também a esta tribuna, no dia de hoje, para dizer que estive, nesses últimos dias, conversando com vários prefeitos pelo estado afora, que me disseram que estão recebendo orientação, srs. deputados e sras. deputadas, de que não podem mais passar convênio para entidades nos municípios.

Isso nos motivou a fazer, hoje, uma indicação e um pedido ao Tribunal de Contas do Estado, para fazer uma auditoria, um acompanhamento dos recursos do Fundo Social.

Também hoje estamos apresentando uma moção, um requerimento, ao Tribunal de Contas do Estado, no sentido de acompanhar, fiscalizar os recursos do Fundo Social e os recursos que estão sendo repassados para entidades em Santa Catarina, porque entendemos que esse é o papel do Tribunal de Contas. Também é nosso papel, mas infelizmente, se entrarmos no Portal da Transparência, não temos condições de ter acesso aos dados e às informações que precisamos do Fundo Social, dos recursos que estão sendo repassados.

Por isso, estamos fazendo esse requerimento ao Tribunal de Contas, para poder acompanhar mais de perto e termos mais informações sobre esses repasses, para oficializar essa informação aos municípios. Queremos saber por que os prefeitos não podem passar dinheiro para entidades sociais e entidades ao município. Também queremos saber qual é a posição sobre essa festa do Fundo Social, dos recursos públicos que estão sendo repassados a entidades do nosso estado. Não somos contra à forma como estão sendo repassados, mas de fato questionamos.

Também gostaria de dizer que a nossa comissão de Aquicultura e Pesca participou de uma audiência pública na semana passada. E teremos agora dois grandes seminários. Amanhã, teremos um evento regional em Caçador e na quinta-feira teremos no município de Porto União.

Vamos discutir com prefeitura, secretarias, Epagri, Banco do Brasil, enfim, agricultores familiares, associações, o trabalho e a perspectiva do desenvolvimento dessa cadeia produtiva no estado de Santa Catarina, que é a nossa aquicultura, a pesca e outras atividades afins no nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente, e a todos que nos acompanham.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao PSD.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Gostaria de registrar com satisfação a presença do nosso conterrâneo sideropolitano Hélio Roberto Cesa, o popular Alemão, prefeito municipal de Siderópolis.

Seja bem-vindo a este Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, desejamos boas-vindas ao visitante.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, há pouco o deputado Sargento Amauri Soares comentava sobre a questão desse projeto de lei, que tramita na Casa, sobre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e o deputado Kennedy Nunes também fazia um comentário sobre essa questão, inclusive citando a presença de um número bastante grande de joinvillenses, de autoridades de Joinville, que estiveram aqui com o presidente da Casa, também reunidos com o sr. Serpa, tratando desse assunto.

Eu prestei muita atenção quando o deputado Sargento Amauri Soares fazia um comentário

exatamente ao contrário do que está previsto na emenda de autoria do deputado Darci de Matos, que é de Joinville, que conhece muito bem o Corpo de Bombeiros de Joinville, de Jaraguá e de Concórdia. E que por estar na comissão de Finanças e Tributação, ou fazer parte da comissão, fez uma emenda que, na verdade, não vai tirar e não vai, de forma alguma, complicar a vida do bombeiro militar em Santa Catarina.

Essa emenda é para dividir responsabilidade, como bem disse o deputado Kennedy Nunes. Se o projeto tramitar na Casa como veio do governo, a responsabilidade vai ficar exclusiva do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina. No caso de uma tragédia ou coisa que o valha, eles vão ter que responder por isso. E o que se está pretendendo é que tenhamos também o município e os bombeiros voluntários responsáveis por isso.

O projeto vindo do governo do estado, no art. 10º, inciso III, diz: "As competências enumeradas dos incisos do *caput* deste artigo serão exercidas de forma concorrente com os municípios." O art. 10º diz: "Ao Corpo de Bombeiros compete o exercício do poder de polícia administrativa para assegurar adequado cumprimento das normas de prevenção e combate a incêndio, inclusive por meio de..." E vem aí uma série de itens.

O que o deputado Darci de Matos fez foi emendar o art. 10º no § 3º, para fazer com que os bombeiros voluntários e também os municípios tenham responsabilidade sobre o poder de polícia administrativa. O que diz o art. 11º, § 1º: "São autoridades competentes para lavrar autos de infração os bombeiros militares responsáveis pelas vistorias e fiscalização." Essa redação vem do governo do estado.

Na emenda, o mesmo item, faz da seguinte forma: "São autoridades competentes para lavrar autos de infração os bombeiros militares e os municípios ou por delegação destes responsáveis." Ou seja, os municípios continuam tendo responsabilidade sobre a fiscalização.

Conhecemos a competência dos bombeiros voluntários de Joinville, exemplo para o país

inteiro, há 121 anos na cidade, fiscalizando com competência, olhando com competência tudo que acontece na sua área. Então, o que queremos, na verdade, com os bombeiros voluntários de Jaraguá do Sul, de Concórdia, de tantos outros é apenas que não sejam enxotados do processo. Não queremos que sejam enxotados desse processo de fiscalização e de trabalho que tão competentemente fizeram até hoje.

Assim, queremos apenas e tão-somente preservá-los; queremos que continuem sendo orgulho de todos nós nos seus respectivos municípios, trabalhando, fiscalizando. E queremos mais: que seja respeitado o que prevê a Constituição do Estado em seu art. 112, que prevê a competência dos municípios para a fiscalização também.

Então, não se está cometendo nenhuma aberração, não se está criando nenhuma guerra entre bombeiro voluntário ou militar e o município, em absoluto, está-se procurando o bom senso, um lugar comum para se discutir as coisas. Tanto que, se forem aprovadas essas emendas propostas pelo deputado Darci de Matos, lá na frente, se acontecer uma tragédia num município, não vai responder somente o Corpo de Bombeiros Militar, mas vai responder também o município. Se aprovada a emenda, vai responder o Corpo de Bombeiros Militar e também o município, e pode eventualmente até o Bombeiro Voluntário, dependendo, responderá também o município aonde foi feita a fiscalização.

O que não queremos é simplesmente retirar desse processo os bombeiros voluntários que tão heroicamente trabalham neste estado há muitos anos, e lá em Joinville faz 121 anos de história, um orgulho nacional, bem como em outros municípios. Mas eles precisam estar aquinhoados nesse processo e fazer parte desse projeto encaminhado pelo governo estadual. Não queremos criar clima com os bombeiros militares, mas participar, fazer parte desse processo e responder junto também. Essa é a grande verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado ao Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha nesta tarde, eu prestava atenção ao pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves e também quero estabelecer algumas balizas. A primeira é que merecem aplauso os Bombeiros Voluntários de Joinville, bem como os de outras cidades, pelo esforço em contribuir na defesa da população. E o que está em debate aqui é o poder de polícia e não a existência ou não das instituições voluntárias.

Esta Assembleia aprovou no ano passado que o poder municipal também é responsável por essas fiscalizações. Então, aprovou-se aqui que ele pode atribuir competência de fiscalização às entidades privadas chamadas bombeiros, voluntários ou militar, conforme queira o prefeito. E isso em si já é uma temeridade, porque o prefeito, em última análise, é quem define qual o bombeiro que vai trabalhar naquela cidade.

Por outro lado, vejam que continuo agarrado à defesa do projeto original que veio do palácio do governo. Ironicamente, a base do governo faz o contrário. A política é mesmo curiosa.

O projeto do governo, deputado Nilson Gonçalves, já traz que o poder é concorrente entre estados e municípios, inclusive à luz da emenda na Constituição que foi aprovada no ano passado, que aliás votei contra, mas foi aprovada. E está no Supremo Tribunal o debate da constitucionalidade ou não, mas está valendo no estado de Santa Catarina.

Então, à luz disso, o projeto que o governo manda para cá, o original, já diz que, nos municípios onde há organizações comunitárias de bombeiros, o poder é concorrente. Uma das emendas do Darci de Matos não diz o que v.exa. falou aqui de que também é voluntário. Não! Diz que é

privativo dos voluntários ou de estar conveniado. Sim, está escrito dessa forma em uma das emendas do deputado Darci de Matos. Com todo o respeito ao deputado, no conteúdo nós estamos em posição oposta, porque o que vale isso na prática? Vale dizer que em algumas cidades do estado de Santa Catarina o bombeiro militar não pode colocar os pés.

O Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Deputado Nilson Gonçalves - Apenas disse que é privativo do ente municipal. Nesse caso o município pode delegar para o bombeiro militar ou voluntário.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Nessa lógica, sim, o seu raciocínio está correto. Mas um município pode conceder a um voluntário ou a um militar. Mas concedendo ao voluntário, o militar, que é o bombeiro do ente federado do estado, fica impedido de atuar naquela cidade. E aí, sim, mesmo se estiver passando pela rodovia próxima estará impedido de atuar naquela cidade.

É nesse sentido que discordamos bastante do que argumentou o deputado Jailson Lima, na reunião pela manhã, na Presidência.

Deputado, ofende-me comparar essa argumentação com a argumentação dos médicos contra qualquer coisa que, inclusive, a Presidência da República, a presidente, propõe por questões corporativas.

O princípio de que somente ao estado, às instituições públicas, ao ente público, cabe o poder de polícia não tem nada de corporativo. Esse é o meu ponto de vista e é um ponto de vista de princípio.

Os bombeiros têm os seus corporativismos aqui e acolá, um e outro, e aí é outro debate.

Agora, o ente federado, o estado de Santa Catarina ser impedido de atuar e de autuar em quaisquer cidades catarinenses, onde o prefeito resolva fazer o convênio com outra instituição, no caso, entidade privada, aí, sim, parece-me uma afronta à Constituição Federal e à própria

Constituição Estadual, mesmo com a emenda que fizemos no ano passado.

Então, essa é a minha argumentação. Esse é o debate que vai continuar. E acho que vamos perder novamente. Mas esse princípio, evidentemente, por este deputado, será mantido e com todo o respeito aos joinvillenses e aos próprios voluntários.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, neste momento, quando o país vive a intensidade da participação popular no amadurecimento da democracia, com questionamentos dos mais variados, dos mais diversos possíveis, é importante ressaltar que em nenhum momento o povo está indo para a rua para questionar a falta de emprego, como vimos na Europa, não estão batendo panelas como na Argentina, em relação à inflação e ao alto custo de vida. O povo está indo para a rua para fazer questionamentos de agilidade de diversos programas e por respostas mais efetivas.

Portanto, quero ressaltar que as obras do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, caracterizaram um crescimento, no período 2011 a 2013, extremamente fantástico, no que tange a geração de empregos, distribuição de renda. Isso é muito importante, porque o Brasil não estava acostumado a fazer grandes projetos.

O volume de projetos executados em obras de infraestrutura é muito grande. E não tínhamos empresas capacitadas para isso. Mas das 50 maiores obras do mundo nos setores de portos, transportes, energia elétrica e petróleo, 14 estão sendo executadas no Brasil, representando um volume superior a R\$ 50 bilhões de investimentos somente para o segmento de infraestrutura, para melhorar

as obras de mobilidade urbana, vinculadas, inclusive, ao transporte coletivo.

Coloco isso para deixar claramente que o Brasil que temos aí é o do presente, onde se constrói a caminhada do futuro. E essas preocupações das manifestações públicas mostram isso quando o nosso governo continua trabalhando e anunciando uma série de obras e entregas de ordem de serviço. E, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que é nossa líder, como acontecerá nessa quinta-feira, na BR-470, quando v.exa. representará a bancada do PT catarinense, juntamente com o deputado Décio Lima, hoje presidente da comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Congresso Nacional.

Estou colocando isso para ter claro que, além das entregas da ordem de serviço desse volume de obras, outras serão licitadas, como o Lote I da BR-480 que está previsto para a próxima semana, mais uma obra complementar para melhorar a vida do povo catarinense e brasileiro.

O nosso querido prefeito Alemão, da cidade de Siderópolis, está aqui nos visitando. Seja bem-vindo.

É importante registrar os avanços que temos tido na agricultura familiar. Estamos vendo, deputado Dirceu Dresch, o investimento de R\$ 21 bilhões para financiamento e custeio para a agricultura familiar deste país e, também, mais R\$ 7 bilhões de recursos para atendimento do Plano Safra do semiárido brasileiro. Esses recursos significam desenvolvimento econômico e, principalmente, mais geração de autoestima e garantia de emprego neste momento em que a crise internacional assola preocupações mundo afora, com a geração de desemprego e, muitas vezes, sem criar um norte para o povo europeu, como estamos vendo, ou para a política econômica global.

Então, o governo que temos aí, capitaneado pela presidente Dilma Rousseff, muitas vezes é questionado sobre a questão da burocracia.

Ainda há pouco, conversando com o deputado Padre Pedro Baldissera, tiramos um consenso: o Programa Minha Casa, Minha Vida é o melhor programa de governo neste país, porque atingiu,

para 2014, 75% da meta estimulada pelo governo federal. É um programa que estará entregando 2,7 milhões de unidades previstas até o final de 2014 e gerando investimentos na ordem de R\$ 77,5 bilhões, até o presente momento, em habitação, neste país, fazendo com que a economia da construção civil capitaneie o desenvolvimento, criando perspectiva para o povo que nunca teve poder de ter um teto, um lar, para residir.

Então, é com muita tranquilidade que como deputado do PT utilizo o horário do nosso partido, deputado Padre Pedro Baldissera, para fazer a defesa enfática desses programas que representam geração de emprego e renda. Outra coisa também muito importante lançada este ano, deputada Luciane Carminatti, é o cartão para poder mobiliar a residência de quem faz o Minha Casa, Minha Vida, que já assinou 103 mil contratos, isso em menos de 90 dias, chegando a um volume de R\$ 512 milhões para o programa Minha Casa Melhor, que permite que o cidadão, além de financiar a sua casa, pagando valores fixos da primeira parcela até a última, com taxas e juros ínfimos, também possa mobiliá-la.

Vimos a Oposição dizer que o povo está se endividando ou que a dívida brasileira tem aumentado. Isso é um equívoco, porque se olharmos o PIB brasileiro de dez anos e quanto é hoje, vamos verificar que a relação dívida PIB tem diminuído em nosso governo sistematicamente, baixando mais de 50% da dívida que era equivalente ao PIB, chegando em torno de 36% do PIB. E quando eles dizem que o povo está se endividando é importante ter claro os registros de que não tem aumentado a inadimplência neste país, porque quem não paga mais são principalmente os grandes emprestadores de recursos, não o pequeno.

O pequeno cidadão, mesmo aquele que tem o seu investimento, a sua dívida, em habitação ou em compra de móveis, paga. Está comprovado que o mais pobre paga a sua dívida, diferente dos grandes prestadores que normalmente são os que deixam de pagar e cumprir com os seus compromissos.

Então, cabe ter claro que o governo do Partido dos Trabalhadores, o governo da presidente Dilma Rousseff, assim como foi o governo do nosso presidente Lula, é um governo voltado para a maioria da sua população, preocupado com saúde, e vimos hoje programas de saúde sendo lançados. Vimos agora mais um grupo de medicamentos que o ministério da Saúde aprovou para ser entregue aos pacientes portadores de doenças reumáticas. Medicamentos que não estavam na lista de medicamentos especiais e que passaram estar a partir deste mês, contemplando também um atendimento a pacientes que gratuitamente receberão esses recursos. É por isso que o Brasil tem hoje um dos maiores programas de Saúde na área de retrovirais para portadores de HIV, por exemplo. E nós temos dado uma demonstração mundial desses avanços, porque é um governo que tem olhado coletivamente para a sua sociedade e preocupado com o seu povo.

Por isso, em nome do Partido dos Trabalhadores, enalteçemos a nossa presidente Dilma Rousseff e o governo que realizamos neste momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Na ausência do Partido do PPS, com a palavra o PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - sr. presidente, srs. e sras. deputadas, faço uso da tribuna para comentar o Projeto de Lei n. 0019.1/2013, de minha autoria, que institui a Semana Estadual da Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose.

"Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente na última semana do mês de outubro;

Art. 2º A Semana Estadual de Educação Preventiva e do Enfrentamento à Endometriose tem como objetivo: primeiro, promover a divulgação de ações preventivas terapêuticas reabilitadoras e legais relacionadas à endometriose; segundo, contribuir para o desenvolvimento de propostas que possibilitem o acesso universal e equitativo aos serviços públicos pelas portadoras de endometriose; terceiro, garantir a democratização de informação sobre as técnicas e procedimentos cirúrgicos e pós-cirúrgicos existentes nas áreas de endoscopia, ginecológica e endometriose.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Estadual.”

A endometriose é a presença do endométrio - tecido que reveste o interior do útero - fora da cavidade uterina, ou seja, em outras partes do útero ou em outros órgãos da pelve: trompas, ovários, intestinos, bexiga. É uma afecção inflamatória provocada por células do endométrio que, em vez de serem expelidas durante o período menstrual, migram no sentido oposto e caem nos ovários ou na cavidade abdominal, onde voltam a multiplicar-se e a sangrar.

A endometriose é frequentemente diagnosticada pelos médicos durante exames ginecológicos, procedimentos cirúrgicos ou na realização de exames de investigação de infertilidade. Para cada cinco mulheres que estejam tendo dificuldade para engravidar, duas têm endometriose. Caso sua mãe ou irmãs sofram de endometriose, é sete vezes maior a chance de você também ter esse problema. Infelizmente, muitas mulheres “sofrem em silêncio”, acreditando que seus sintomas sejam normais. Outras não apresentam sintomas.

Considera-se que a endometriose afete uma em cada dez mulheres em idade reprodutiva. Acometendo cerca de 10% das mulheres em todo o mundo e diminuindo substancialmente sua qualidade de vida, uma vez que a dor pélvica é frequente e muitas vezes incapacitante até para as tarefas mais simples.

A endometriose é considerada uma doença importante, sendo inclusive tema de congressos mundiais. É a chamada doença da mulher moderna, que se vê obrigada a executar inúmeros papéis ao mesmo tempo, o que acarreta um significativo desgaste físico e espiritual.

A endometriose é dolorosa, pois, mesmo se localizando na parte externa do útero, sofre a influência das oscilações hormonais. Isso significa que os focos de endometriose sangram todo mês durante o período menstrual da mulher, mas o sangue não tem para onde ir. Além de ser dolorosa, a endometriose também pode tornar difícil a gravidez ou mesmo gerar a infertilidade.

Diante da suspeita de endometriose, o exame ginecológico clínico é o primeiro passo para o diagnóstico, que pode ser confirmado pelos seguintes exames laboratoriais e de imagem: visualização das lesões por laparoscopia, ultrassom endovaginal, ressonância magnética, além de um exame de sangue chamado marcador tumoral CA-125, que se altera nos casos mais avançados da doença. O diagnóstico de certeza, porém, depende da realização da biópsia.

Quem cuida de mulheres portadoras de endometriose se depara com pessoas cansadas, entristecidas, deprimidas e muitas vezes frágeis pela dor que enfrentam.

É nesse sentido e nesse grave contexto que proponho instituir a "Semana Estadual de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose", oportunidade em que serão realizadas várias atividades com o fito de divulgar ações voltadas à promoção da saúde e prevenção de danos às portadoras de endometriose, visando alcançar um impacto positivo na qualidade de vida dessas pessoas, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização.

Sr. presidente, eu tenho procurado desenvolver, através dos contatos que temos feito pelo estado afora, nas mais variadas regiões, em vários segmentos da sociedade, e sentindo o apelo, essas demandas reprimidas e tentando traduzi-las em projetos de lei, em medidas preventivas que

possam realmente alcançar o veio e o seio da sociedade catarinense.

Nesse segmento também já apresentamos o projeto. E graças a Deus, a este Parlamento e também ao governo do estado conseguimos aprovar a lei da reconstituição de mama, que hoje já estende em dimensão nacional, através do projeto da senadora Ana Amélia Lemos, através do Sistema Único de Saúde. Então, toda mulher acometida de câncer, que no diagnóstico médico venha a prescrição que tenha que se fazer a retirada da mama, tem o direito, desde a consulta, os exames laboratoriais, os pré-operatórios, o pós-operatório, à reconstituição da mama com prótese de silicone, pelo SUS.

Além de ter o câncer, ainda ter que retirar aquilo que é o símbolo da mulher, o seio, realmente remete essa pessoa a um aspecto muito negativo, chegando a levá-la a uma depressão profunda. Então, com certeza, esse projeto vem promover o resgate, dar dignidade, fazer justiça. É um projeto coberto pelos SUS, que começou em Santa Catarina, através do projeto deste parlamentar, aquecido pelo governo e que se estendeu naturalmente, através de um projeto de lei no Senado da República, para todo Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do sr. Ari Alano, presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santa Catarina, e do sr. Marcelo Fernandes, que vieram nos convidar para o lançamento do livro *Metamorfose em Joaçaba*, história do município sob o olhar metalúrgico, que será no dia 19 de julho de 2013, sexta-feira, às 19h30, no Clube Cruzeiro, em Joaçaba.

Sr. presidente, para orgulho desta Casa, o livro faz o resgate do papel do Paulo Stuart

Wright, deputado cassado pela ditadura militar aqui em Santa Catarina, que foi um dos fundadores do Sindicato dos Metalúrgicos naquela cidade e, portanto, também é parte da história da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente nesta Casa, quero fazer alguns registros que considero importantíssimos.

Todos conhecem a história da BR-101, que pode ser contada como se fosse uma novela que não é da Rede Globo, mas é como se fosse, pois às vezes depois eles reprisam, passam novamente. E com a BR-101 não é diferente.

Sabemos que foi feito o primeiro trecho do lado norte até Palhoça, e o lado sul ficou marginalizado. Aí houve uma luta sem limite para que saísse o projeto de engenharia, foi outra novela sem tamanho para sair o projeto para que houvesse o enquadramento.

Depois, quando houve o enquadramento, foi feita a licitação, mas novamente houve uma ação na Justiça e a obra da BR-101 foi impugnada. Tivemos que sair daqui numa comissão para discutir com representantes do Tribunal de Contas da União e derrubar o parecer daquele ministro que tinha dado o parecer contrário para que a obra continuasse.

Conseguimos reverter o processo até que sua excelência, o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, veio trazer a ordem de serviço. E também foi lá em Palhoça, deputada Dirce Heiderscheidt, que ele entregou a ordem de serviço - lá onde há um posto de pedágio que montaram para tirar o dinheiro do povo sem a BR estar pronta. E não cumpriram nenhuma vírgula do que assinaram e hoje está fechado, e tem que ser mantido fechado!

Lá foi entregue a ordem de serviço e começaram os trabalhos. Ele achou que faria no governo dele, mas ainda não conseguiu. A nossa presidente assumiu que terminaria a BR-101 com muita rapidez, mas a obra vai-se arrastando hoje, vai-se arrastando amanhã. As coisas são muito difíceis de andar no Brasil porque me parece que as empresas demoram, deputado Valmir Comin, para poder buscar um aditivo. Isto é prática aqui no Brasil. Elas demoram, fazem de conta que já não dá mais, para buscar um aditivo! E depois, quando o ministro deixou o cargo, havia uma empresa dessas que tinha 12 aditivos no lote. Quer dizer, não dá para aceitar e conviver mais com essa situação!

Então, a obra continua se arrastando hoje. A BR-101 está quase concluída, mas há algumas pendências muito grandes, que são o Morro do Formigão, em Tubarão; a Ponte de Cabeçudas, em Laguna; e o Morro dos Cavalos, em Palhoça.

Estivemos em Brasília e fizemos um apelo ao presidente do DNIT para que houvesse três turnos na ponte - porque se o turista vem para cá, ele vem uma vez e não volta mais! Então, precisávamos que fosse realizado isso. Ele nos atendeu e hoje há três turnos na ponte de Laguna, dois turnos no Morro do Formigão e a obra está andando rapidamente. Temos que ser críticos na hora de ser críticos e temos que reconhecer na hora em que as coisas andam bem. É preciso registrar, sim, que a obra da ponte de Laguna está a todo vapor e até me arrisco a dizer que vai terminar em 2014.

Mas todos sabem que temos a obra do Morro do Formigão, que ainda nem foi licitada. Então, ainda temos uma tarefa muito grande e precisamos trabalhar muito para que essa obra se concretize. E para isso temos a obrigação de trabalhar dia e noite. O povo vota num parlamentar para buscar resultados e é em cima deles que trabalhamos.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado, v.exa. foi presidente da comissão e eu vice, e juntos trabalhamos muito, e ainda continuamos trabalhando! Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Manoel Mota, tive o prazer e a satisfação de tê-lo como vice-presidente da comissão de Transporte a aprendi muito com v.exa.

Aliás, v.exa. tem sido um dos deputados mais combativos na Assembleia com relação, principalmente, a essa questão da duplicação do trecho sul da BR-101.

Eu sempre digo que quando se tem vontade política, quem faz a pasta é o titular. Quando se tem vontade política, as coisas realmente acontecem.

Um exemplo foi o Gasbol, o gás Bolívia/Brasil. Em dois anos chamaram todos os órgãos, Iphan, Fatma, Polícia Ambiental, Ministério Público estadual e federal, juntaram tudo na mesa e disseram que se tratava de uma questão de estratégia nacional, portanto, dando celeridade, flexibilizando, mas cumprindo a questão da legislação. E assim foi feito, em dois anos cruzaram este Brasil de norte a sul, e a obra saiu.

Quanto à BR-101, o sul do estado paga até hoje por consequência de uma decisão ortodoxa, sem discutir com a sociedade, quando permitiu a duplicação de Palhoça até a divisa do Paraná. Engessou o sul do estado, e os investidores correram de lá, acabaram aportando sob segurança jurídica, foram para o norte.

Essa é a verdade, e é dever e obrigação do Poder Público dar condições de igualdade para que as regiões possam competir.

Mas vejo que principalmente depois da intervenção da presidente Dilma, e justiça aqui precisa ser feita, realmente as obras do trecho sul estão em andamento, e em ritmo acelerado.

V.Exa. falou em três turnos. São quatro balsas que estão prospectando e colocando as sapatas, os pilares. Teve pilar que chegou a 71m de profundidade na falha geológica. Então, realmente é um trabalho de engenharia eficiente, de qualidade. Por isso, estão de parabéns a empresa, o governo. E espero que este trajeto seja concluído o mais rápido possível.

Agora, vejam o que é pensar dentro de um planejamento e não de forma macro. Nós estamos falando na Translitorânea, a integração com a Ferro Oeste e a Rede Ferroviária Nacional. No entanto, no Morro dos Cavalos vai passar a Translitorânea. Por que não fazer a projeção e a programação já neste estudo, prevendo que ali vai passar uma rede ferroviária? Nós vamos incorrer novamente em toda essa situação, esse percalço que tivemos esses anos todos.

Quantas pessoas foram vitimadas em consequência da não duplicação e da falta de uma visão dentro de um conceito de macroplanejamento?

Mas parablenzo v.exa. pelo tema ora abordado e também pelo ritmo acelerado que está acontecendo para a conclusão da BR-101.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a v.exa., deputado Valmir Comin, e incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento, dizendo que é uma luta permanente, e tem que continuar permanente.

Agora, a falta de planejamento no Brasil é um negócio fantástico. Vão fazer o túnel para a estrada e não tem o túnel para fazer a ligação da rede ferroviária. Evidentemente que falta muito planejamento.

Quero cumprimentar o governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, porque felizmente saiu a licença da Serra do Faxinal, cidade dos Cânions. Agora não tem mais discussão. Estamos só enquadrando no BID para poder tocar a obra. Saiu também, e já estão tocando, a 285, que é fundamental, pois vai ligar o norte do estado, saindo da Argentina, Uruguai, Paraguai, até Araranguá, um ganho real para a região.

Recentemente também tivemos a ordem de serviço da estrada da Serra do Corvo Branco, que é fundamental para desenvolver aquela região. Inclusive o presidente da Casa estava junto quando foi entregue.

Quero, ao cumprimentar, agradecer ao governador e ao vice-governador que têm feito de tudo para poder dar uma projeção totalmente diferente para o sul do estado.

Temos o aeroporto em Jaguaruna que está perto da sua conclusão e vai ser um dos grandes aeroportos do sul do Brasil. Também o porto de Imbituba está recebendo um investimento de mais de 300 milhões. Lá vai atracar navio de 360 metros. Era a região mais pobre de Santa Catarina, e queremos transformar em uma região respeitável.

Essa é a luta, por isso os oito deputados, 20% deste Parlamento, estão imbuídos de um objetivo, buscar esse resultado para gerar emprego, para gerar vida, para gerar qualidade de vida ao povo, porque é para isso que trabalhamos. Fazemos a luta por qualidade de vida, por uma região melhor, mais adequada, uma região respeitável. Isso é tudo que nós queremos.

Acho que temos um número considerável de parlamentares como em nenhuma outra região. Assim, temos que manter o nosso direito para que possamos alcançar grandes objetivos.

Por isso, quero dizer o seguinte: é preciso, sim, que o governo continue fazendo esse trabalho em toda Santa Catarina, pois é um orgulho não ter mais nenhum município que não tenha pavimentação asfáltica. É o único estado do Brasil em que todos os acessos aos municípios estão pavimentados.

Então, deixo esse registro e agradeço ao Raimundo Colombo, ao Eduardo Pinho Moreira que estão trabalhando além do limite para poder superar os problemas que estamos vivendo e trazer esperança ao povo catarinense, que luta, que trabalha e que busca resultado.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, só para registrar a presença na Assembleia dos vereadores Edenilson Enguel, Ernani Wogeinaki Júnior, do município de Três Barras,

juntamente com Vanderlei Francisco Valim e Luís Roberto Correia, presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos do município.

Externo a nossa satisfação por receber essa delegação do município de Três Barras, assim como do nosso amigo vereador Adriano Rigo, de Serra Alta, e do vereador Dirceu Silveira, do município de Modelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também agradece a presença das autoridades nominadas pelo deputado Maurício Eskudlark, na sessão da tarde de hoje.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Joares Ponticelli, nosso presidente, também na mesma esteira do deputado Maurício Eskudlark, quero cumprimentar, deputado Joares Ponticelli, srs. deputados, o prefeito de Xaxim, Idacir Antonio Orso, que esteve há pouco com o governador do estado buscando recursos para o seu município.

Isso nos deixa muito feliz, porque vemos investimentos também no meio-oeste, no oeste de Santa Catarina. Assim, agradeço ao governador, mas também reconheço o mérito que tem o nosso meio-oeste de Santa Catarina em relação ao seu desenvolvimento.

Parabéns ao prefeito Orso. Sinta-se à vontade nesta Casa! Desejo que faça uma grande administração naquele município progressista de Xaxim.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa. Esta Presidência também agradece a presença das autoridades nominadas por v.exa.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, também registro a presença nas galerias da Assembleia do prefeito legitimamente eleito de Palhoça, Ivon de Souza, que está conosco hoje, neste momento difícil em que Palhoça vive.

Nossa saudação ao prefeito de Palhoça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Esta Presidência também compartilha da manifestação de v.exa., deputada Angela Albino, registrando e agradecendo a presença do nosso querido amigo e conhecido desta Casa, o prefeito Ivon de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)  
- Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução 0002/2013.

Não há emenda há redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0127/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui no âmbito do estado de Santa Catarina a Semana de Prevenção e Combate às Enchentes e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões competentes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0056/2013, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o Dia Estadual do Cuidador de Idosos no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0123/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que dispõe sobre a prorrogação de mandatos de conselheiros tutelares em todo o estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0452/2013 e 0453, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0454/2013, de autoria Mauro de Nadal; de 0455/2013, 0456/2013 e 0457/2013, de autoria do deputado Jailson Lima.

Comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0759/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0760/2013, de autoria Dirce Heiderscheidt; 0761/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0762/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0763/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0764/2013, de autoria do

deputado Ismael dos Santos; 0765/2013, 0766/2013 e 0767/2013 e 0768/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Deputado Ismael dos Santos, aproveitando o encaminhamento do requerimento de sua autoria, quero, em nome desta Presidência e da Mesa Diretora, desejar ao deputado os sinceros votos de saúde e vida longa. Que Deus lhe proteja. É o que nós todos desejamos de coração.

Moção n. 0064/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando ao presidente do Senado e demais autoridades a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional n. 0075/2011, que altera a redação dos arts. 128 e 130-A da Constituição Federal.

Moção n. 0065/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando ao presidente do Senado federal e demais autoridades a aprovação, com urgência, do Projeto de Emenda Constitucional n. 0053/2011, que altera a redação do art. 93 da Constituição Federal, para excluir a pena de aposentadoria do magistrado.

Em discussão as duas moções.

Com a palavra o autor deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, é justo esclarecer a todos os deputados e aos que nos acompanham essas duas moções de minha autoria. Quero fortalecer dois projetos de emenda constitucional, o PEC n. 053/2013 e o PEC n. 075/2013 que estão tramitando no Senado, que dispõem sobre a mudança da Constituição Federal, no art. 93.

Lamentavelmente, em muitas áreas do Ministério Público e do Judiciário brasileiro, as pessoas quando cometem faltas gravíssimas são punidos com mera aposentadoria. Somos contra isso. Temos o exemplo do Demóstenes Torres que continua recebendo R\$ 24 mil por mês sem precisar trabalhar. A pessoa simplesmente, quando comete um crime, é afastada e recebe como prêmio a aposentadoria para o resto da vida, e a população brasileira é quem paga. Precisamos fortalecer que reconhecemos o grande papel do Poder Judiciário, mas isso não pode acontecer. Tem o caso do juiz

Lalau. Tentei identificar se ele ainda está recebendo a sua aposentadoria, e acho que certamente está. Esses juizes, promotores, podem exercer a sua função de advogado nos escritórios e ainda recebem como prêmio a aposentadoria.

Por isso, apresento essa moção, fortalecendo as emendas constitucionais que estão tramitando no Senado, para que isso acabe no Brasil.

Então, tem que acontecer a mesma coisa no Judiciário. Por que ser diferente no Judiciário ou em qualquer outro poder?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão as Moções n.s 0064/2013 e 0065/2013.

(Pausa)

Não havendo mais quem as queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Nós temos em mãos um requerimento proposto pelo deputado Manoel Mota e subscrito pelos líderes, para abertura de espaço por dez minutos, conforme determina o Regimento Interno, para a apresentação do prefeito, Vagner da Rosa, da rainha e das princesas da 24ª Festa do Colono e 4ª Maracajafest. Festa que vai ocorrer entre os dias 25 e 28 de julho. No entanto, eles ainda estão percorrendo outros órgãos do governo.

O deputado Nilson Gonçalves que tentou apresentar um requerimento, ontem, propondo a abertura de espaço ao prefeito de Garuva, José Chaves, para que ele, a presidente da Câmara, Luciane, a rainha da Festa da Banana, pudessem fazer o convite para a festa que acontecerá no mês de julho. Mas conforme determina o Regimento referendado na reunião de líderes, seria uma apresentação por dia.

Assim questiono os srs. líderes se podemos ceder este espaço ao requerimento do deputado Nilson Gonçalves, enquanto aguardamos a chegada

das rainhas do requerimento do deputado Manoel Mota.

(Os líderes aquiescem.)

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prefeitos que tiveram a oportunidade de utilizar a tribuna para convidar para as festas em seus municípios, boa-tarde.

Quero fazer um cumprimento muito especial ao nosso companheiro que foi deputado estadual, prefeito de Criciúma e hoje é prefeito de Balneário Rincão. Ele passou por todas as adversidades e foi vitorioso não apenas nas urnas, mas por duas vezes inclusive nas lutas jurídicas que teve que travar nos últimos tempos.

Espero, deputado Décio Góes, que agora as pessoas deixem v.exa. trabalhar por aquele município. É por isso que estamos torcendo, porque v.exa., em diversas situações, foi vitorioso. E o povo de Balneário Rincão quer o seu governo juntamente com o governo do vice-prefeito do PSD, sr. Lino.

Srs. deputados e sras. deputadas, o que me traz à tribuna na tarde desta terça-feira é o anúncio feito pelo deputado Jailson Lima, pelos meios de comunicação, de que na próxima quinta-feira, às 15h, na cidade de Gaspar, teremos a assinatura da ordem de serviço para o início das obras de duplicação esperada por muito tempo da BR-470.

A primeira fase dessa duplicação compreende 73,2 quilômetros entre os municípios de Navegantes e Indaial, que foi dividida em quatro lotes.

A ordem de serviço autoriza o início das obras no lote três, do quilômetro 44 ao quilômetro 57,

com uma extensão de 13 quilômetros, em Blumenau, e no lote quatro, do quilômetro 57 ao quilômetro 73, com 15 quilômetros de extensão, de Blumenau ao município de Indaial. Esse é o trecho mais crítico da rodovia em número de mortes e acidentes.

Quanto ao processo dos lotes um e dois, vão estar concluídos, para o início das obras, até o fim do ano.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada, é só para eu parabenizar a condução do deputado Décio Lima. Eu acho que ele foi um protagonista importante em todo esse processo. E fiquei feliz hoje pela manhã, quando abri o jornal e li a declaração do deputado Décio Lima, de que não apenas estaria sendo assinado mais uma ordem de serviço da BR-470, mas que de fato nós moradores do vale do Itajaí estaríamos escutando o ronco das máquinas na próxima quinta-feira. E isso é motivo de celebrarmos e festejarmos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada. Realmente é isso, deputado Ismael dos Santos. Ela realmente não é uma obra simples. Só para citar alguns números, apenas nos 73 primeiros quilômetros da duplicação da BR-470 estarão inclusos 26 viadutos, oito pontes, 64 quilômetros de vias marginais e 69 quilômetros de calçadas e ciclovias. A extensão total de pontes e viadutos chega a quatro quilômetros.

A implantação das ruas laterais será em locais de grande circulação de pessoas, de ciclistas. E também não podemos deixar de, numa obra tão grandiosa como essa, ter esse cuidado com ciclistas e pedestres.

A implantação das ruas laterais irá regularizar a ocupação desordenada junto à faixa de domínio das nossas rodovias. A implantação das ruas laterais auxilia significativamente no controle de acessos à rodovia. E o custo para essa primeira fase desses quatro lotes é de R\$ 1,7 bilhão. E cada detalhe dessa obra, desse projeto, precisou de estudos minuciosos nos orçamentos, nas

licenças ambientais, nas licitações, para garantir a qualidade da obra e a melhor aplicação dos recursos públicos.

A atual BR-470 foi projetada para o trânsito diário de quatro mil veículos. Hoje, seja para o transporte de matéria prima e de mercadorias, viagens de turismo e deslocamento de moradores que moram nas proximidades, o trânsito na BR-470 chega à média de 35 mil veículos por dia. Ora, uma rodovia que foi construída para abrigar quatro mil veículos, hoje abriga 35 mil veículos por dia, com fluxo inclusive de caminhões.

A BR-470 tem enorme importância econômica para todos os catarinenses, pela intersecção com outras importantes rodovias federais como, por exemplo, a BR-101, a BR-116 e a BR-282. Existe intersecções também com as nossas rodovias estaduais, que ligam sete regiões de Santa Catarina aos portos de Itajaí e de Navegantes, escoando US\$ bilhões por ano em exportações.

Então, essa rodovia é responsável também para a busca de mercadorias, para o escoamento da produção do oeste de Santa Catarina para os nossos portos e aeroportos.

Infelizmente, em vez de comemorar essa conquista histórica, um sonho antigo da nossa população, alguns preferem reclamar que a obra demorou muito. E realmente a obra demorou muito tempo, mas só não demorou mais pelo esforço e pelo empenho da presidente Dilma Rousseff, da bancada catarinense no Congresso Nacional, liderada pelo deputado federal Décio Lima, e também da mobilização da comunidade organizada.

Vários fatores, srs. parlamentares, impediram a realização mais precoce desse sonho de todos os catarinenses. A maior parte da BR-470 foi desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980, pelo antigo Departamento de Estradas e Rodagem de Santa Catarina. A pavimentação do trecho de 25 quilômetros entre Gaspar e Navegantes, por exemplo, demorou quase 20 anos para ficar pronta. A inauguração do atual traçado só aconteceu em dois de outubro de 1995. Então, foram 20 anos para

ficar pronto o trecho entre o município de Gaspar e Navegantes.

Em abril de 1998, o governo federal delega a responsabilidade da BR-470 ao governo estadual. Imediatamente o governo do estado inicia a licitação, um processo histórico, longo, mas vale a pena mencionar, para a escolha da empresa para duplicar a rodovia em troca da cobrança de pedágio.

Em novembro de 1998, a empresa Ecovale é apresentada como vencedora da licitação e apresenta um projeto. Em 1999, o Tribunal de Contas do Estado - TCE - identifica 16 irregularidades no processo e cancela a assinatura do contrato entre o governo do estado com a Ecovale. A Ecovale se sentiu lesada e recorreu da decisão da Justiça, dando início a uma grandiosa batalha judicial.

Em 2001, o ministério dos Transportes suspende o convênio que delegava a responsabilidade da rodovia ao estado. Quando retornou à união, a rodovia BR-470 precisava de manutenção e uma futura duplicação. Porém, o litígio com a Ecovale impede a aplicação de recursos federais na recuperação da rodovia. Em função da briga na Justiça com a Ecovale, só em 2004 a BR-470 deixou de receber R\$ 35 milhões previstos no Orçamento da União. Só em 15 de fevereiro de 2006 é que finalmente foi determinada a anulação do contrato, com o voto de seis ministros do TCU, e pessoalmente tive o prazer de acompanhar a votação.

Agora, o governo federal, nesta quinta-feira, depois de muita luta, de muita discussão e de muitas dificuldades com as licenças ambientais, assinará a ordem de serviço para a duplicação da BR-470, que entrará para a história de Santa Catarina e para o vale do Itajaí.

Em nome da Presidência do Fórum Parlamentar da Duplicação da BR-470, quero convidar todos os deputados e deputadas, especialmente os que compõem este fórum, os deputados Aldo Schneider, Gilmar Knaesel, Altair Guidi, Jean Kulhmann, Angela Albino e Sargento Amauri Soares, para

estarem no dia 18 de julho, às 15h, no município de Gaspar, num trevo significativo, porque ali morreram várias pessoas, onde estaremos assinando a ordem de serviço, junto com o ministro dos Transportes, Cesar Borges, os deputados federais e estaduais, juntamente com a comunidade, para prestigiar esse ato de grande importância e histórico.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero fazer um registro de suma importância.

Ontem, atendendo a uma solicitação do deputado Volnei Morastoni, participamos de uma audiência pública no município de Canelinha. Lá recebemos uma reivindicação da Câmara de Vereadores, do prefeito Antônio da Silva, que nos visitou várias vezes no nosso gabinete. E ontem conseguimos marcar uma data. Então, estivemos em Canelinha com os deputados Dado Cherem, Serafim Venzon e Volnei Morastoni, quando discutimos longamente o problema da nossa famosa SC-409, que liga o município de Brusque a Canelinhas.

Srs. deputados, essa estrada tem mais de cem anos e sempre foi mantida pelo governo do estado. E trago aqui, resumidamente, informações da SDR de Brusque, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"No dia 04/07/2006:

[...] "Departamento de Infraestrutura em parceria com a secretaria de Desenvolvimento Regional realiza esta segunda-feira a macadamização da rodovia SC-409, de Canelinha a Brusque.

No dia 23/08/2007:

Deinfra realiza nesta semana macadamização da Rodovia SC-409.[...]

No dia 21/01/2009:

Além das vias pavimentadas, a SC-409, que liga Brusque a Canelinha e é conhecida como estrada da Serra do Moura, também está recebendo reparos nos seus 25 km de extensão."

De novo a notícia da SDR de Brusque:

"No dia 26/10/2009:

[...] Outra equipe do Departamento realizou, entre dias 19 e 21, o patrolamento da SC-409, no trecho que liga a Serra do Moura, em Brusque, ao município de Canelinha.[...]

NO dia 19/04/2010:

[...] e na SC-409, que liga Brusque a Canelinha, via Serra do Moura, o serviço de conservação das estradas estaduais é de extrema importância.[...] "[sic]

Bem, qual foi a nossa surpresa? Houve uma paralisação, deputado Dado Cherem, na conservação dessa estrada, e o prefeito, o presidente da associação e toda a sociedade se mobilizaram para saber por que a estrada não tinha mais manutenção.

Para surpresa do pessoal de Canelinha, no dia 27 de novembro de 2012, através do Ofício n. 612/2012, o então presidente do Deinfra, engenheiro Paulo Roberto Meller, encaminhou um ofício ao presidente da Assembleia - e que intercedeu para que fosse dada manutenção naquela estrada - dizendo o seguinte:

(Passa a ler.)

"Com os cumprimentos e em atenção ao vosso Ofício n. 0276/12/GP, o qual solicita a viabilidade do asfaltamento da BR SC-409 no município de Canelinha.

Informamos que o trecho citado não compõe o Plano Rodoviário Estadual (PRE) vigente, aprovado pelo Decreto 759 de Dezembro/2011, que segue cópia em anexo.

Atenciosamente,

(a) Engenheiro Paulo Roberto Meller  
Presidente do Deinfra"[sic]

Não! Aqui está havendo algum equívoco. Essa rodovia já fez parte do projeto BID que aprovamos nesta Casa através do Projeto de Lei n. 0222.2/2008, em que aprovamos U\$ 300 milhões para as obras do BID V.

Tudo bem! Essa estrada, em 2008, fez parte do roteiro das obras elegíveis, que foram eleitas dentro de um programa. Porque o BID fez uma triagem em todo programa que o estado apresentou e elegeu algumas obras, entre elas a rodovia SC-409, que liga Canelinha, passando pela Serra do Moura, a Brusque, numa extensão de 25km.

Portanto, isso não deixa a menor dúvida de que a responsabilidade dessa estrada é do governo do estado. Eu acho que houve até algum equívoco, srs. deputados, porque aqui está a história da estrada, as tratativas que foram feitas.

Nós aprovamos nesta Casa um financiamento de U\$ 300 milhões em que está incluída essa obra.

Ontem estivemos lá e vimos a angústia daquele povo. É uma região muito populosa, e temos lá a maior produção de arroz circulando por essa estrada. São milhões de toneladas/ano. Canelinha é um dos grandes produtores de arroz de Santa Catarina.

Também temos lá uma grande produção de palmito, sendo que saem de lá mais de 500 mil cabeças de palmito/mês. Portanto, é uma produção muito grande.

Temos lá um plantel permanente de gado na área da bovinocultura, com mais de 15 mil cabeças de gado num plantel permanente, assim como temos aviários, cerâmicas e grandes vilas, que são os dormedouros daquele pessoal que trabalha em São João Batista e Brusque.

Ontem, juntamente com a comunidade, percorremos 12km dessa rodovia e vimos a calamidade, deputado Silvio Dreveck. Há necessidade, urgentemente, de um tratamento naquela estrada!

O prefeito de Canelinha não pode aplicar recursos do município, porque a estrada é estadual. Ele não tem documento nenhum em mãos nem a autorização da Câmara para receber essa obra, municipalizando-a. O governo do estado tem a obrigatoriedade. Se ele retirou do plano, foi através do quê? Simplesmente foi retirada, neste edital ela não consta mais.

Lá estão a 407, 408 e 410. A 409 está fora. Tenho a impressão até de que não foi proposital, porque como deputado entendo, e os senhores que são deputados e deputadas também entendem, que se aprovamos uma lei onde essa rodovia constava como elegível para projeto de pavimentação e de repente ela sai do plano do governo, aí tem qualquer coisa errada.

Então, estamos fazendo, através da Comissão de Transporte, uma moção e uma indicação ao governo do estado, mostrando esse problema para que alguém tome uma atitude. Nós não podemos deixar aquele povo abandonado, com todos aqueles buracos. Os ônibus escolares, com as indústrias todas que estão lá, enfim, o movimento é muito grande nessa rodovia. Tanto é que percorremos os 12km e encontramos, naquele horário, mais de 100 veículos transitando por lá. E tivemos o capricho de contar.

Agora, faço um apelo ao governo do estado para que verifique através do Deinfra, porque, segundo informações, eles estiveram no Deinfra por duas vezes e sempre foram muito mal recebidos. As reclamações estão arquivadas, estão gravadas através do sistema de som e do serviço taquigráfico da Casa que lá estava presente. Não vimos as denúncias que foram proferidas por aqueles que estiveram no Deinfra e foram muito mal recebidos. Inclusive, alguns disseram que foram praticamente tocados de lá. Então, acho que está havendo algum engano.

Vamos fazer esse apelo ao nosso governo, para que verifique o que ocorreu, para que possamos tomar uma atitude. Alguém tem que se responsabilizar por aquela rodovia, atendendo àquela gente. Tem buraco lá que um fusca não passa, fica dentro, porque são crateras!

Ontem, infelizmente, não tivemos nenhum representante do órgão competente, que seria o Deinfra ou a secretaria dos Transportes, presente. Mandaram simplesmente um ofício dizendo que o secretário estaria ausente do dia tal ao dia tal, sem justificativa e sem um representante. Então,

que mandassem um engenheiro, um representante. Que Brasil é este?

Eu acho que é uma responsabilidade muito grande, acho que o governador deveria tomar uma atitude e puxar a orelha dos seus comandados, quando não cumprem determinações oficiais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado KENNEDY NUNES) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, quero falar sobre uma indicação que aprovamos, com o apoio de todos os deputados, na semana que passou, pela inclusão do jiu-jitsu como um dos esportes para os jogos abertos de Santa Catarina.

Santa Catarina tem quase dez mil praticantes desse esporte hoje. É um esporte que traz muita disciplina, ajuda o jovem na formação da sua personalidade, traz autoconfiança, é um esporte de defesa pessoal, uma arte suave, como é chamado, um esporte que não tem golpes violentos, um esporte que, infelizmente, ainda não faz parte dos jogos abertos de Santa Catarina, apesar dos seus mais de dez mil praticantes no estado de Santa Catarina.

Então, no final de semana acompanhamos inclusive a Copa Oeste de Jiu-Jitsu 2013. Esse esporte é muito bonito, muito importante, mas ainda não foi incluído nos Jogos Abertos de Santa Catarina.

Então, com o apoio de todos os deputados desta Casa, do governador Raimundo Colombo, do secretário de Cultura e Esporte, Beto Martins, e do presidente da Fesporte, conseguimos a aprovação da indicação, mas, talvez, para este ano não seja possível, pois os Jogos Abertos já foram lançados oficialmente na última semana, que neste ano serão realizados na cidade de Blumenau. Então, infelizmente, não há mais tempo para realizar a fase classificatória para as disputas municipais, regionais, mas com certeza esperamos que no

próximo ano esse esporte possa fazer parte do calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Quero deixar aqui o registro, porque essa sugestão, essa busca partiu do advogado Luiz Pichetti, meu colega, meu amigo, filho do ex-deputado Antônio Pichetti. Temos o professor Adinan de Campos que mantém uma escola com mais de 200 atletas, faz um trabalho social esportivo muito grande; o professor e mestre Ronilson Silva, de Chapecó, foi um dos coordenadores da Copa Oeste de Jiu-Jitsu, e o presidente e coordenador estadual é de Jaguaruna, o Paulo Duarte.

Então, são pessoas que estão envolvidas há mais de 18 anos com jiu-jitsu, elevando a preparação da nossa juventude, dos nossos esportistas, mas infelizmente ainda não faz parte do calendário oficial e dos Jogos Abertos.

Esperamos que agora, com o apoio da Assembleia Legislativa, esse esporte também venha fazer parte do calendário e enobrecer ainda mais Santa Catarina que tem conseguido grandes resultados.

Queremos levar essa manifestação, esse reconhecimento, a todos os integradores da Fesporte, que são, sim, responsáveis pela motivação, pela execução dos eventos, enfim, são eles que proporcionam esse trabalho e essa integração.

Ao mesmo tempo em que falamos do esporte, hoje fui procurado por um amigo pedindo que estudássemos um projeto, e já analisei alguns projetos para que esta Casa, deputado Kennedy Nunes, aprove um projeto de lei determinando que em academias, locais de musculação, locais de eventos, tenham cartazes sobre os riscos da utilização de anabolizantes.

Temos uma situação de um pai que me procurou que me disse ter dois amigos que perderam seus filhos recentemente.

A morte, quando da prática esportiva, vem pelo enfarte, mas muitas vezes não é assim, em grande parte está relacionada ao uso inadequado dos anabolizantes. Às vezes, incentivados por alguém, na busca da perfeição do seu corpo, do seu físico,

utilizam indevidamente os suplementos e os anabolizantes.

Vamos fazer uma lei nesta Casa. Já estamos estudando um projeto no sentido de que se oriente nas academias e nos locais de prática de esporte para o risco do uso de anabolizantes e do uso indevido de suplementos alimentares, porque isso precisa ser feito com acompanhamento médico e com dosagens adequadas. Os jovens não podem, querendo ter um físico perfeito, usar indevidamente produtos que colocam em risco a sua vida.

Esses produtos afetam tanto a saúde física quando mental do atleta. Podem até levá-lo à morte ou deixá-lo com sérias sequelas para o resto da vida. Nós, que apoiamos o esporte, a competição, a disputa saudável, a autoconfiança e a autoestima que o jovem, o atleta, consegue com a prática esportiva, entendemos que ele não precisa de anabolizantes e desses suplementos, mas quando utilizar os suplementos permitidos em lei que o faça com orientação médica.

Assim, ao mesmo tempo em que fazemos a homenagem ao esporte, à Copa Oeste de Jiu-Jitsu e a aprovação da indicação para a inclusão desse esporte nos Jogos Abertos de Santa Catarina, nos Joguinhos, no Jesc e assim por diante, em todas as competições organizadas no estado e pelo governo do estado, queremos alertar os jovens que buscam a perfeição física e usam indevidamente os anabolizantes.

Então, é importante que as academias façam esses alertas para que as pessoas tomem esses cuidados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado. V.Exa. traz um assunto realmente muito importante pelo grande enfoque e popularidade que têm esses esportes de luta.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a

presente sessão, convoca outra, ordinária, para quarta-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.